

A “desruralização” do Rio de Janeiro ao tempo de Pereira Passos

Leonardo Soares dos Santos

Doutor em História,
Professor da UFF/Campos

Resumo

Neste trabalho examino as transformações urbanas do Rio de Janeiro durante os anos em que Pereira Passos esteve a frente da administração municipal (1903-1906), em especial as que afetaram a relação rural-urbana que se desenvolvia na cidade. Ela era um dos cerne do sistema de abastecimento de gêneros que servia às necessidades da sua população e que remonta ao período colonial. A pesquisa trata, portanto, de um período que o perímetro urbano passa a ser exclusivamente um espaço do consumo. E não mais de produção de alimentos.

Palavras Chave: Desruralização. Rio de Janeiro. Pereira Passos. Reformas Urbanas. Comércio de Gêneros.

Abstract

In this work I examine urban transformations in Rio de Janeiro between years of the Pereira Passos administration (1903-1906), especially those which affected the relation rural-urban hosted in the city. It had central role in the system supply which realize needs of people and that report to colonial era. This research is about a period that urban zone became an space of consumption, exclusively. And no more an space of food production.

Keywords: Desruralization. Rio de Janeiro. Pereira Passos. Urban Reforms. Market Supply.

A convivência entre usos urbanos e rurais seria objeto de severa repressão por parte das posturas municipais criadas ao tempo do governo de Pereira Passos. As ações implementadas por tal governo no sentido de consolidar um modelo de civilização e modernidade na cidade do Rio de Janeiro já são suficientemente conhecidas. Não restam muitas dúvidas de que foi na sua administração que a remoção de usos rurais e os que eram associados à “cultura africana” foram objetos de uma perseguição sistemática como jamais vista em nenhum governo anterior. Contudo, isso não nos permite dizer que a remoção de atividades rurais do centro da cidade tenha sido exclusivamente resultado de medidas arbitrárias desse governo. A configuração desse processo é muito mais complexa do que isso. E não pode ser explicada apenas pelas preferências pessoais do prefeito ou por sua obstinação em concretizar delírios modernizantes. Seu governo, como qualquer outro estava inserido num intrincado jogo de relações de força. Além disso, ele não estava acima dos grupos sociais, ele se voltava contra alguns, mas, até para que pudesse fazer isso, tinha que se apoiar em outros. Longe de controlar esse contexto de disputas, o governo Pereira Passos e os grupos sociais que ele representava moviam-se na indeterminação do viver histórico, sem ter absoluta certeza de que suas ações e projetos seriam vitoriosos por completo. Se pudermos destrinchá-lo é possível mostrar que as ações daquele governo no tocante à repressão dos usos rurais no interior da cidade foram apenas uma etapa de um longo processo.

Um dos maiores propagandistas das reformas de Pereira Passos foi Luiz Edmundo. Em seus vários trabalhos memorialísticos sobre o Rio de Janeiro, ele buscou fundamentalmente celebrar as modificações encetadas por Passos. E o fazia mesmo se estivesse tratando da época dos Vice-reis, num momento bem anterior ao período das grandes reformas. Seu objetivo era caracterizar de tal forma o Rio de Janeiro colonial, com tons tão negativos, por momentos verdadeiramente caricatos, para que ninguém tivesse dúvida da redenção trazida pelas “obras de embelezamento” do início do século XX. Essa foi sem dúvida uma das principais estratégias seguidas não só por Luiz Edmundo, como de vários outros propagandistas das reformas implementadas: marcar com tintas fortes os traços não-civilizados do período colonial. Um dos traços dessa condição seria o constante ir e vir de animais no centro da cidade:

O desvelo do Senado da Câmara não póde extender-se a todas as ruas da cidade. Fica entre três ou quatro das mais centraes, das mais concorridas, das mais passeadas pelo vice-rei. Triste e abandonada rua! Por vezes, em logares onde não é intenso o trânsito, vê-se um verdoengo tapete de gramineas desafiando o paladar dos animais, que nella vivem ou passeiam inteiramente à solta: cabritos, carneiros, porcos, cavallos, gallinhas e perús. Ao mesmo tempo rua e pasto. E monturo, também; logar onde se juntam, quase sempre, no mesmo sonho de decomposição, detritos de toda natureza, animaes mortos, a espurcidia das cosinhas. Não há nisto o menor exagero. Quem duvidar que leia no relatório do Márquez de Lavradio (EDMUNDO, 1932, p. 31-32).

Mas essa é uma visão que data da década de 1930, quando muitas das noções e valores que estavam em disputa no início do século XX já estavam consolidados, cristalizados na perspectiva do senso comum. É necessário que se destaque que as reclamações contra a presença de animais, seja aqueles utilizados como meio de transporte ou a sua própria criação, já se faziam presentes em outro contexto. Jayme Benchimol já o identifica em textos de higienistas na década de 1850. Nessa época a cidade sofreria com duas grandes ondas de epidemias de Febre Amarela. A primeira atingiu a cidade no período compreendido entre dezembro de 1849 e setembro de 1850. Numa população de 166.000 habitantes, a doença teria causado, segundo estimativas de Pereira Rego, um médico da época, 90.658 “amarelentos” e 4.160 mortos. Conforme escreve Jayme Benchimol, “desde então, durante 59 anos a febre assolou a capital, assumindo, em certos momentos, dimensões de verdadeira hecatombe” (BENCHIMOL, 1990, p. 113).

Uma ampla discussão se abriria entre higienistas e autoridades públicas sobre as condições de salubridade da cidade, assim como a definição de formas de prevenção e principais vetores da doença. Uma série de interdições eram por eles formuladas na medida em que eram identificadas, na análise dos aspectos da estrutura material urbana e dos costumes e práticas tradicionais da cidade, possíveis causas do mal que assolava a corte imperial:

Corpos são enterrados nas igrejas localizadas no centro da cidade; animais mortos são encontrados nas ruas; por todos os lados existem monturo, cloacas, vasilhas de despejo de urina, *currais*.

Matadouros, açougues, mercado de peixes, armazéns de carne seca, toucinho, queijos, depósitos de azeite de peixe são perigosos tanto do ponto de vista da integridade dos alimentos como por serem potenciais corruptores do ar. (Ibidem, p. 117)

A criação de animais não passaria despercebida anos depois, em 1877, por Cândido Barata Ribeiro (futuro prefeito do Distrito Federal), que em sua tese intitulada

“Quais medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro?” notava o seguinte:

Falando das habitações, é forçoso atender para estas sentinas sociais a que a linguagem do povo apelidou cortiço.

Todos sabem o que é o cortiço.

(...)

No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma, os tipos de todos os vícios e até [...] o representante do trabalho [...].

Compreende-se desde logo o papel que representam na insalubridade da cidade estas habitações, quando nos lembrarmos que além de todas as funções orgânicas dos seres que o povoam, no cortiço lava-se, engoma-se, cozinha-se, *criam-se aves*, etc.

Só temos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles, de modo que não fique nenhum para atestar aos vindouros e ao estrangeiro, onde existiam as nossas sentinas sociais, e a sua substituição por casas em boas condições higiênicas (apud CHALHOUB, 1996, p. 51).

Porém, a presença de animais no centro ainda não era vista como principal causa de insalubridade, ao contrário dos pântanos e dos cortiços. Entre os membros do Clube de Engenharia sobressaiam outras questões como abastecimento d'água e os morros (em especial o do Castelo). A largura das ruas também era vista por muitos um importante fator de insalubridade.¹

É só nos primeiros anos do século XX que passamos a flagrar reclamações mais incisivas contra a permanência de usos rurais no centro da cidade. Os testemunhos transcritos aqui foram extraídos do excelente trabalho de Alline Torres sobre a suburbanização dos bairros de Madureira e Santa Clara, e que também trata do processo de desruralização verificado no centro do Rio no início do século XX. Todos eles são constituídos de cartas enviadas por “populares” ao *Correio da Manhã* no ano de 1901. Este data de 3 de novembro:

Está resolvida a reconstrução, naturalmente com licença da Prefeitura, do estábulo de vacas, situado à ladeira do Monte Alegre e ao qual ficam contíguos casas da rua do Riachuelo, daquela mesma ladeira e da do Costa Bastos. Como dependência possui o referido estábulo um capinzal de cerca de dez metros quadrados, adubado por estrume verde, que é conservado sempre em grande depósito.

¹ Conforme comenta Barata Ribeiro no início de seu mandato à frente da administração municipal: “Senhores membros do Conselho Municipal. De tempo imemorial tôdas as comissões, encarregadas de estudar as condições de insalubridade desta capital, notaram, salientando-os, os gravíssimos defeitos de suas ruas, não só pela falta de largura como de orientação, defeitos agravados pela raridade das praças, exigüidade das que existem e ausência completa de arborização – poderosíssimo meio de saneamento do solo e da atmosfera” (MACEDO, 1955, p. 54-55).

Os mosquitos, esses terríveis portadores de micróbios, vivem ali, em nuvens densas, que fazem o desespero da circunvizinhança.

Além disso, porque o terreno esteja muito acima do nível da rua do Riachuelo, o estrume que pouco dele vai descendo, chega a atulhar uma vala que corre pela chácara n. 131 (CRUZ, 2007, p. 20).

Com o estábulo e o capinzal contíguo a ele vinham os mosquitos, sem contar a grande produção de micróbios utilizados na horta: haveria quadro mais insalubre do que esse, no entender daquelas pessoas? Poucos dias depois um outro caso de “insalubridade” é relatado:

Informam-nos que existe uma grande horta no interior dos prédios ns. 139 e 141 da rua João Cardoso na Praia Formosa, a qual serve de pasto a porcos e outros animais por parte de seus proprietários.

Convém notar que se tem dado no lugar alguns casos de moléstias, que se atribuem àquele foco de infecção (Ibidem, p. 21).

Essa reclamação traz um dado interessante, que é o do aproveitamento das hortas para além da produção de gêneros alimentícios: elas serviam também de lugar para a criação de pequenos animais como porcos e galinhas – aliás, o próprio estrume produzido por esses animais podia servir de adubo para a pequena plantação. Contudo, a comodidade que isso poderia trazer para o seu dono era entendida por muitos como “foco de infecção”.

A relação de contiguidade entre estábulo, chiqueiro e horta também apareceria nesta outra reclamação enviada ao mesmo jornal cerca de um mês antes:

Quando são tomadas medidas extraordinárias em bem da saúde pública, não andaria mal a diretoria de higiene lançando as suas vistas para os bairros habitados por aqueles que, conhecedores da gravidade do mal que invadiu esta cidade e obedecendo estritamente aos mais rigorosos preceitos da higiene, estão entretanto, expostos a contrair moléstia, pela desídia de funcionários que não procuram extinguir conhecidos focos que ameaçam tragar vidas e vidas preciosas.

Os estábulos, chiqueiros e capinzais abundam nos bairros de Botafogo e Jardim Botânico, e à discrição dos que têm esse gênero de negócio está a saúde dos moradores, porque as autoridades sanitárias, longe de prevenir o mal, agindo com a precisa energia para evitar a sua aparição e natural recrudescimento, confiam demais em proclamada salubridade, até que tenhamos de registrar os terríveis resultados dessa negligência (Ibidem, p. 24).



Os bois eram presença marcante nas ruas centrais da cidade até meados do século XIX. Johan Moritz Rugendas, 1835

Portanto, parece que quando Pereira Passos resolve realizar a remoção dos usos rurais do espaço do centro da cidade, ele o fazia apoiado em antigas reivindicações de segmentos da população da cidade. Com base apenas nas informações das cartas é impossível saber ao certo que segmentos são esses. Quanto muito pode-se especular que fossem moradores do centro da cidade ou da área próxima a Botafogo (caso da terceira carta). De qualquer maneira tratavam-se de cartas escritas por pessoas que não viam mais como aceitável a convivência de usos urbano e rural no centro da cidade. Entretanto uma questão ainda permanece em aberto: como e por que essa convivência passa a ser vista como algo inaceitável?

A questão de se saber como os usos rurais passam a ser entendidos como impróprios ao espaço urbano, seja pelas autoridades encarregadas da administração da cidade seja pelas pessoas do “povo”, parece estar implicada num processo cujas raízes extrapolam em muito o recorte temporal do presente estudo e que tem a ver com a consolidação de um saber médico que tem como um de seus eixos de articulação a formulação e imposição de medidas de higiene e salubridade ao processo de vida cotidiana das populações das cidades.

A difusão cada vez maior de princípios e teorias do saber médico entre a população fará com que o discurso e as imagens conferidas à própria cidade sejam cada vez mais impregnadas deste mesmo saber. O saber legítimo e autorizado - pelo fato de que assim era reconhecido - de médicos e higienistas é que dava o tom das representações da cidade do Rio de Janeiro, mesmo quando ele era enunciado por

peessoas que nada tinham a ver com a área médica, como jornalistas, literatos, profissionais liberais de uma maneira geral, donas-de-casa etc. Os testemunhos da imprensa carioca são inequívocos. É interessante observar como a questão das condições de higiene parece quase monopolizar os debates sobre a cidade.

O editorial da *Revista Illustrada*, de 1891, também se constitui num oportuno testemunho. Nele, o órgão elogiava a iniciativa do Dr. Galdino, um “lente” da Escola Politécnica, que tinha acabado de concluir um “projecto de melhoramento e embellezamento” da cidade, que naquele momento exigia, segundo a revista, “melhoramentos imprescindíveis não só pela sua posição topográfica como também pelas suas condições hygienicas” (*Revista Illustrada*, nº 616, 1891, p. 7). Mais tarde tal projeto seria encaminhado para ser discutido na Intendência Municipal - como então era chamada a sede do legislativo local. Embora seja uma questão que pareça preocupar a todos, estamos longe de ter aqui um quadro dominado por consensos, como se nele não houvesse disputas. O contexto de debates sobre o saneamento da cidade é bastante heterogêneo. Não há ainda fórmulas prontas, pareceres inquestionáveis acerca da insalubridade da cidade. Suas causas, sua natureza, seus efeitos, seus culpados, as consequências, suas maiores vítimas etc., ainda são muito imprecisas. O consenso que se visa impor não é mais do que uma pretensão, num quadro de tantas incertezas e lacunas. O texto da matéria da *Revista Illustrada* é bem ilustrativo dos conflitos que o assunto era capaz de gerar, neste caso, entre os membros do legislativo carioca:

Auctoridades na matéria já se pronunciaram *pro* e *contra*. O saneamento é prejudicial, dizem uns; o saneamento não é prejudicial à saúde pública, dizem outros. E a intendência que aceitou o projecto está, pois, entre a cruz e a caldeirinha.

Por nossa vez também bradamos aos esculápios das duas facções:

- Vamos, meus senhores; se o actual projecto é nocivo, porque não apresentar outro em melhores condições científicas? Se o actual projecto é bom, porque não aceitá-lo, independente de despeito? O caso é que não podemos continuar a viver entre tão porca e pestilenta capital (*Revista Illustrada*, nº 619, 1891, p. 2).

Note-se que dentre as causas das péssimas condições de higiene da capital, em particular o “fedor nauseante” que tomava conta do seu perímetro urbano, constava as “condições climatéricas”. Mas muitas outras eram listadas. Num artigo intitulado “Capital Fedorenta”, a *Revista Illustrada* fazia ver que nem só de questões técnicas era composto o assunto do saneamento da cidade. Vejamos o caso das suas “mal calçadas” ruas:

Isto é realmente desanimador e immoral. De um lado o governo fechando os olhos às epidemias que dizimam a população e à dignidade governamental, e de outro a celeberrima

empresa de limpeza publica bem apadrinhada, fugindo em absoluto ao cumprimento do contracto, concorrendo, d'est'arte, em beneficio do nosso péssimo, desesperador estado sanitário. Aonde iremos parar? Pois será crível que não haja mais n'este paiz a noção de moralidade? Será crível que o Sr. Lucena, de braço dado ao Sr. Araripe e ao não menos Sr. José Felix, ainda queiram mais aumentar a agonia da população que - e quem supporia tal ! - já está lutando até com a miséria? Pugentíssimo estado de cousas!!

Mas é preciso que se reconheça também que com o passar do tempo algumas ideias e opiniões foram se consolidando como elementos explicativos da situação da cidade. Nos anos finais da década de 1890 já não parecia haver dúvidas, era quase um consenso, que a principal chaga da capital da república era a epidemia de febre amarela. Sua causa principal: a falta de saneamento da capital. Em vista disso, a opinião pública carioca é diariamente confrontada com uma avalanche de reclamos e clamores de literatos, intelectuais, engenheiros etc., contra o “estado deplorável” da cidade. Olavo Bilac, talvez tenha sido o que com mais contundência escreveu sobre o assunto antes das reformas de Pereira Passos, chegando ao ponto de praticamente profetizar, tamanho era o seu desejo pelas tão “sonhadas” reformas. Na crônica intitulada “Cidade de mesentéricos”, de 1899, o mais tarde “príncipe dos poetas” com certa agonia clamava: “Ah! Quem poderá viver bastante para te ver saneada, ó cidade do Rio de Janeiro? A gente, desde que se entende, ouve dizer que o Brasil só não está hoje inteiramente povoado por causa do flagelo periódico da febre-amarela. Sabem isto os governos, sabe isto o povo”. Com isto ele talvez quisesse dizer que o conhecimento produzido pelo saber médico já estava devidamente difundido e assimilado - pelo menos assim pensava Bilac -, porém, a situação exigia medidas mais concretas; todo o conhecimento até então acumulado tinha que ser agora posto em prática, por meio de ações mais eficazes, até porque, “todos os médicos que há sessenta anos saem das nossas faculdades, dizem e escrevem que a causa da febre amarela é a falta de saneamento das cidades”. E acrescenta o já impaciente escritor, com tanta falta de ação: “Torres Homem, Ferreira de Abreu, todos os grandes clínicos do Brasil se têm esbofado em pedir o saneamento - declarando terminantemente que ele é o único meio de combater e aniquilar a pirexia assassina” (BILAC, 1996, p. 228). A cidade já não precisaria mais de teses, análises ou fórmulas, e sim de “redes aperfeiçoadas de esgotos, drenagens do solo e abastecimento d'água”. Entretanto uma luz de esperança (entenda-se liberação de verbas municipais) ameaçava reluzir em meio a um cenário tão pestilento e mal-cheiroso, que mais parecia com de uma cidade africana. É o próprio autor que diz: “Agora, parece que o Sr.

Prefeito resolveu *meter uma lança em África*, pedindo ao conselho que o autorize a abrir largamente os cofres do município em favor da idéia”. Contudo, é com base na própria argumentação dos homens da literatura carioca que podemos ver que a febre amarela não era a única questão que preocupava as elites econômicas, políticas e “intelectuais” da cidade.

Não te zangues com a franqueza deste pobre filho! Quando um carioca volta da Europa, e piza de novo o teu calçamento remendado, e mira de novo os teus prédios sujos e a tua gente em mangas de camisa e de pés no chão, a revolta não é grande (*Gazeta de Notícias*, 18/11/1900.).

E é nesse contexto que, conforme atesta a historiadora Eneida Queiroz, que os capinzais (e até mesmo as hortas) cultivados dentro da capital, na passagem do século XIX para o XX, passam a ser encarados pela Saúde Pública como focos dos temidos miasmas e, posteriormente, criadouros dos mosquitos (QUEIROZ, 2008, p. 23).

Algo mais incomodava. E não era apenas o mosquito da febre amarela ou a falta de higiene. Havia grupos sociais tão ou mais indesejáveis, além de igualmente perigosos. Como bem lembra Alline Torres Cruz (2007, p. 11), a imposição de uma urbanidade a partir do período republicano sempre esteve intimamente ligado ao esforço em expulsar do centro da cidade as práticas rurais e as práticas culturais africanas, que frequentemente eram vistas como faces da mesma moeda, que tinham como elemento em comum o fato de ambos serem uma ameaça de insalubridade à saúde da população da cidade. Imagens que eram reforçadas tanto por higienistas, literatos, autoridades políticas e “cidadãos comuns”. Veja-se o que a *Revista Kosmos* escrevia em junho de 1905, a respeito das últimas ações das reformas urbanas dirigidas por Passos:

Na faina febril das reconstruções, na actividade nervosa dos alargamentos, nos novos níveis, da grande reforma, enfim, para a oxigenação da cidade e para a transferência de seu aspecto, o alvião do município acaba de alcançar e derruir, entre outras, uma pequena casa térrea, baixa, de, apenas, duas portas, alli para os lados tristes do Bom Jesus, no extremo remoto e esconso dessa rua Uruguayana, onde se extinguem os últimos *armazéns de cereais e os grandes açougues* da parte central da cidade e onde começam as *quitandas*, os *gallinheiros*, as carvoarias, os postíbulos baratos e as *baiucas dos herbanários minas e mandingueiros* dos fins das ruas S. Pedro, General Câmara e Alfandega (CRUZ, 2007, p. 11-12).

Mas quais são os motivos que podem explicar a associação entre insalubridade das práticas rurais com as práticas culturais africanas?

É interessante observar que o combate contra as práticas da população negra no centro da cidade ganha em intensidade bem antes da repressão aos usos rurais. Sidney

Chalhoub demonstra em *Cidade Febril* que a classe política dominante do país já começa a elaborar estratégias de dominação sobre as classes populares, especialmente os negros, desde a década de 1850, como que se preparando à oficialização do fim do instituto da escravidão. É daí, por exemplo, que surge com força o conceito de “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996, p. 23).



Comércio de aves feito por escravos de ganho. Johan Moritz Rugendas, 1835

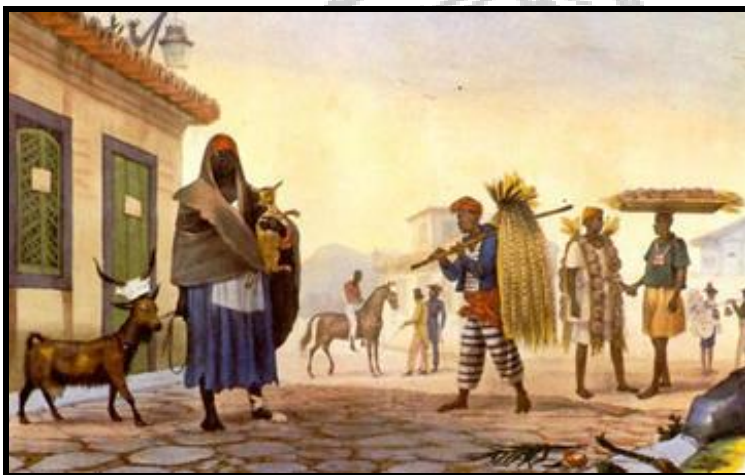
Essas mudanças parecem guardar seu fundamento no seguinte aspecto: com a escravidão, a relação do escravo com o senhor era sempre considerada como uma relação de sujeição e dependência pessoal. Como lembra Sidney Chalhoub “tal concepção de dominação tinha necessariamente como um de seus elementos a proximidade espacial do trabalhador em relação a seu proprietário”. Por isso, no contexto de tal sistema de dominação era muito útil - para não dizer necessário - que o escravo morasse perto do senhor. Portanto não se constituía em nenhum paradoxo o fato das camadas populares morarem ali coladas com as famílias da aristocracia da cidade. Entretanto, com a corrosão do sistema de dominação paternalista que vigia durante a escravidão alguns ajustes se fizeram necessários. A dominação sobre os trabalhadores não podia se processar de forma tão direta. Uma série de dispositivos legais foram sendo aperfeiçoados pelos aparelhos de justiça e policiais. Normas e restrições eram amparadas pelos “diagnósticos” de médicos-higienistas. E acima de tudo, uma nova relação entre Estado e sociedade era redefinida (a punição aos trabalhadores passa a ser uma atribuição exclusivamente do primeiro, ao menos teoricamente). As novas estratégias de dominação e repressão tinham como pressuposto a não mais permanência

do escravo junto ao senhor. Tudo isso contribui para demonstrar que a relação de proximidade entre escravos e senhores, antes aceitável e desejável, passava a ser desnecessária, anti-higiênica e perigosa. Jurandir Freire Costa, analisando as mudanças de percepção sobre o escravo no que toca a questão de sua inserção junto à “família branca”, tece importantes comentários:

A felicidade física e racial, a riqueza econômica e espiritual, prometidas pela higiene à família branca não podiam estender-se ao escravo. Ele deveria continuar na posição em que sempre estivera. No entanto, sua função tinha que ser transformada. Cúmplice no funcionamento da casa antiga, deveria tornar-se agente de mudança familiar. (...) Os médicos (...) então, (...) inverteram o valor do escravo. De ‘animal’ útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se ‘animal’ nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi, deste modo, garantido.

(...) os escravos em geral, homens e mulheres, foram manipulados de modo a criar na família repulsa a sua própria casa que, de lugar de abrigo e proteção, tornou-se, com a higiene, local de medo e suspeição (apud BENCHIMOL, 1990, p. 121).

Ao que parece não era só a inserção do escravo na família, mas a sua própria inserção na cidade sofria reavaliações. E uma das formas para se legitimar a sua expulsão passava pela insistente associação dele ao que se considerava anti-higiênico, às fontes de moléstias, ao risco de contágio. Ou seja, o próprio negro, sua forma de habitação, suas formas de sociabilidade, sua religiosidade e demais expressões culturais eram fatores que agravariam a insalubridade da cidade, pondo em risco a vida das famílias das “pessoas de bem”.



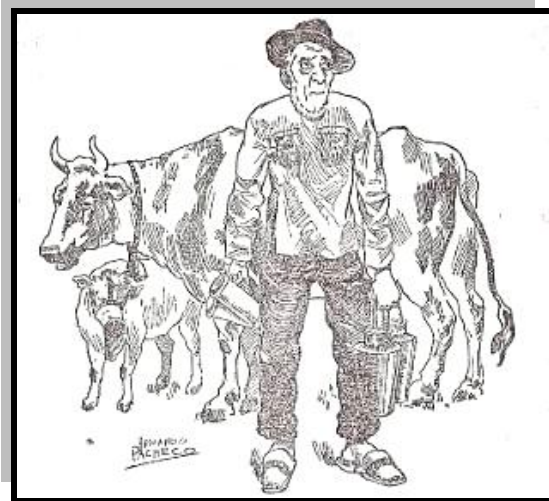
O comércio de cabras. Johan Moritz Rugendas, 1835

Importante frisar que o perigo de contágio proporcionado pelos negros não se dava apenas no plano da saúde física. O risco de contágio era também moral: políticos, higienistas e, mais tarde literatos e jornalistas, enfatizavam o caráter indolente, os hábitos de não-trabalho, os vícios, “próprio de sua natureza”, que podiam corromper

quem com eles convivesse. Era um motivo a mais para se não ver com bons olhos a presença do “elemento africano” no coração do Rio. Não podemos descartar por agora a possibilidade das elites dominantes enxergarem na extinção dos usos rurais na cidade uma forma de dificultar a permanência de grupos de descendência africana no centro da cidade, haja visto que alguns encontravam nessas atividades uma fonte de complementação de sua alimentação e até um forma de se inserir no mercado ambulante (outro segmento duramente reprimido pelo governo Pereira Passos) com a venda de aves, porcos e ovos.

Mas isso, apesar de crucial na vida de ampla parcela da população da cidade, não é suficiente para explicar o porquê da decisão em se expulsar as práticas rurais da cidade. As alegações sobre os riscos de infecção que elas acarretavam é um bom argumento. Mas ele já era de conhecimento público desde meados do século XIX. Na verdade a pergunta deve ser outra: por que foi o governo de Pereira Passos aquele que decidiu reprimir de maneira mais contundente o desenvolvimento de práticas rurais no espaço da cidade.

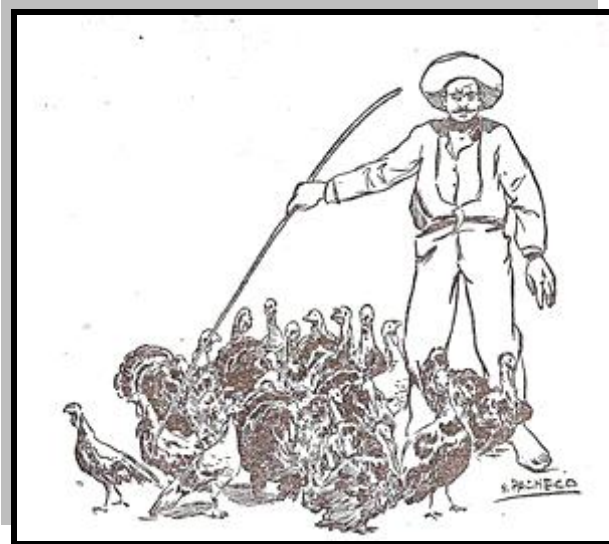
Isso talvez nos leve ao encontro de alguns dos princípios que informaram as grandes reformas urbanísticas levadas a efeito por aquele prefeito. Como aponta Maurício de Abreu, a modernização urbana idealizada por Passos visava resolver as contradições que a cidade apresentava. Era imperativo modernizar o porto de modo a facilitar o processo de importação/exportação (obra que na verdade ficou a cargo do governo federal). Era preciso também criar uma nova capital, “um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernas das elites econômica e política nacionais” (ABREU, 1988, p. 60). Diante de tal perspectiva o rápido crescimento da cidade, o rápido desenvolvimento de um novo e elitista meio de transporte de massa (o bonde elétrico) e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional tornavam inaceitável que se aceitasse a existência na área central da cidade de habitações de características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam também com a ausência de obras suntuosas (jardins, teatros, bibliotecas, museus etc).



O leiteiro e sua vaca. Expulso pelas posturas de Passos (EDMUNDO, 1932, p. 34).

Contudo é preciso situar as reformas de Pereira Passos num quadro local de relações de força. Conforme destaca Maria Alice de Carvalho, o tipo de remodelação urbana foi “a expressão material do desfecho de um longo processo de seleção política da classe senhorial, em curso desde a campanha abolicionista, e a evidência de uma determinada correlação de forças em que se tornava possível golpear, num só movimento, o predomínio das velhas elites escravocratas fluminenses – identificadas, já então, com o passado – e as tendências mais radicais do republicanismo” (CARVALHO, 1994, p. 35). Junto a isso era preciso desfazer a expressão urbana do arranjo político que era mantido desde o Império: neste a mistura de classes e grupos era aceitável e condizente com o sistema. A irrupção da República, o reordenamento do jogo político e a complexificação social da cidade, tornava inconcebíveis o ordenamento e o tipo de funcionamento da cidade herdados do Império. Eles passam a ser visto como uma “aberração temporal, incompatível com os novos tempos” (Ibidem, p. 82-83). Era preciso modificar o antigo repertório simbólico da cidade (“colonial”), de modo a ajustá-lo a novos sistemas de dominação e sujeição do trabalho e dos grupos populares que se visava consolidar. O que a administração de Pereira Passos e seus partidários visam consolidar com as reformas urbanas, segundo entende Nicolau Sevcencko, é produzir uma nova imagem da cidade que, signifique uma nova imagem da nação e das novas elites (a burguesia industrial e a tecnocracia instalada nos aparelhos do Estado). Estas – observa atentamente o autor - tinham a cidade como um lugar estratégico para seu projeto político e social, e necessitavam criar simbolicamente novos mecanismos de representação e distinção social. Nesse sentido, a produção de imagens ou

representações atua aqui como mecanismos claros de imposição de uma determinada relação de poder e domínio (RIBEIRO & CARDOSO, 1996, p. 59). Daí que a administração municipal sempre busque classificar suas intervenções como sendo de “Embelezamento” – termo sempre presente nos documentos, projetos e mensagens do Prefeito. Embelezar é diferenciar a cidade (da gente elegante, que frequenta cafés e livrarias, que cultua concertos de música clássica) da área “de fora” (da gente que comumente anda “em mangas de camisa”, que vive a berrar, que frequenta “biroskas” e “kiosques”, propensa a batuques). É torná-la apta para que nesta e por esta área se possam produzir significados e expectativas - por meio de práticas, símbolos, instituições, etc. - compatíveis com o que se espera da classe cuja própria imagem é indissociável do centro da cidade (ELIAS, 2000).



Outra figura do mundo urbano “colonial” carioca – o vendedor de perus (EDMUNDO, 1932, p. 33).

Em “Binóculo”, crônica de 1915, Lima Barreto pintava assim tal quadro, de tons aberta e pretensamente aristocráticos:

Ontem, domingo, o calor e a mania ambulatória não me permitiram ficar em casa. Saí e vim aos lugares em que um ‘homem das multidões’ pode andar aos domingos.

Julgava que essa história de *piqueniques* não fosse mais binocular; o meu engano, orem, ficou demonstrado.

No Largo da Carioca havia dois ou três bondes especiais e damas e cavalheiros, das mais *chics* rodas, esvoaçavam pela Galeria Cruzeiro, à espera da hora.

Elas, as damas, vinham todas vestidas com as mais custosas confecções ali do Ferreira, do Palais, ou do nobre Ramalho Ortigão, do Parc, e ensaiavam sorrisos como se fossem para Versalhes nos bons tempos da realeza francesa.

Eu pensei que uma pasmosa riqueza tinha abatido sobre o Ameno Resendá ou sobre a ‘Corbeille dês Fleurs’ do nosso camarada Lourenço Cunha; mas estudei melhor as fisionomias e recebi a confirmação de que se tratava de damas binoculares, que iam a uma festa hípica, ou quer que seja, no Jardim Botânico (BARRETO, 2004, p. 176).

E nessa imagem aristocrática que se buscava impor à cidade, o rural como “recordação colonial” não tinha mais razão de ali existir. Ainda mais que ele era desvantajosamente contraposto à cultura de elite, que exerceu justamente um papel de grande importância na afirmação dos grupos (elites agrárias e seus aliados) que se instalaram solidamente no topo da hierarquia socioeconômica, triunfando sobre os desafios políticos radicais, por ocasião da subida ao poder de Campos Salles e o estabelecimento de sua política de estabilização do país.²

Mas para que essa nova imagem ganhasse em eficácia e legitimidade, a imagem de uma outra cidade, a cidade pobre e negra, ameaçadora e que se visava suprimir – ao menos da área central – foi tão ou mais vigorosamente acionada, principalmente pela imprensa. De uma forma que a imagem da cidade moderna e elegante que então estava sendo gerada parece ser não apenas um objetivo ou ideal urbanístico, mas, bem a propósito, um remédio, a cura para uma doença tão grave e que já era hora de por um termo.

Comentando sobre o início das obras de reforma da área central o jornal *A Avenida* mostra o quanto esses fatores (estética, higiene e condição social) estavam interligadas:

O Rio de Janeiro não podia continuar por mais tempo no estado deplorável em que se achava – ruas estreitas e mal calçadas, casebres de mais de 100 anos, sem estética e sem asseio, em verdadeiro estado de ruína; caes de desembarque indecentes e sujos, dando ao estrangeiro que nos visitava a mais degradante impressão; praças sem arvoredo e sem luz, verdadeiros antros de vagabundagem ...(*A Avenida*, 5 de maio de 1903, p. 1)

Um pouco antes, em fins de 1903, quando mal as picaretas começavam a arrebentar os primeiros casarões no centro, Olavo Bilac assim comentava a abordagem da imprensa sobre o “último drama do malfadado bairro da Saúde”. Dizia-se surpreso com o espanto por ela demonstrado com o modo de viver de

dous vagabundos da mais triste espécie, morando numa forma em que decentemente só poderiam morar cachorros ou báculos, e alimentando-se com cousas inomináveis, como verdadeiros animais inferiores (...) como se fosse uma inesperada surpresa a revelação dessa miséria. (...) E é interessante (para não dizer revoltante) que só nos mostremos impressionados pelos aspectos da nossa vida essencialmente urbana, e preocupados com o saneamento do centro da cidade, quando *o grande mal, o mal terrível, o mal hediondo estão nessas furnas, nessas bibocas, nessas betesgas imundas* da nossa White chapel, onde *ninguém sabe ler*, e onde *ninguém toma banho* (...) (BILAC, 1903).

A associação entre mau gosto, falta de higiene, criminalidade e mesmo feiura era

² Ver a esse respeito o excelente trabalho de Needell (1993).

algo recorrente nos registros da imprensa da época. O *Jornal do Comércio*, no início de 1904, dava destaque bastante ilustrativo sobre um dos “efeitos sociais” das obras da administração Passos – a destruição de habitações das classes operárias e a consequente transferência dessas pessoas para “aglomerações humanas onde vivem na mais revoltante promiscuidade”. Assim o jornal caracterizava essas “aglomerações”:

Essas casas são verdadeiras pocilgas de miséria; ahi imperam o desasseio, o esquecimento ou peor ainda, o desprezo da dignidade humana, do respeito da família, pólos de moléstias transmissíveis que dahi se irradiam contaminando as habitações próximas e as vezes toda a zona situada na vizinhança. Taes habitações exigem, portanto, a vigilância continua das autoridades sanitárias que só pode ser exercida de dia sendo-lhes vedada a visita nocturna que seria de grande utilidade, em benefício da saúde pública (*Jornal do Comércio*, 16/01/1904)

A grande questão relativa aos usos e práticas rurais no período de 1890 a 1910 não é o de se definir um lugar para que ele possa se desenvolver livremente. A questão aqui colocada pode ser resumida da seguinte maneira: o que importa é definir, inclusive em termos legais, que a área central da cidade não é seu lugar. Ele é o lugar de gente civilizada, de práticas e hábitos modernos. É o lugar da cultura, ou melhor, da alta cultura, conforme procura evidenciar as grandes reformas de Passos no âmbito da Avenida Central.

Os usos rurais nesse momento são deslocados, junto com as classes populares, para os subúrbios. Quando muito, cercados por uma série de restrições, é-lhes permitido se manter nos arrabaldes. Segundo tal concepção, os subúrbios sim são o lugar por excelência dos usos rurais. Sintomática é a carta aberta dirigida ao então recém-empossado prefeito Pereira Passos:

A arborização da cidade é o terceiro ponto da capital para a grande reforma do velho Rio de Janeiro. Comece V.Ex. por exigir dos proprietários de terrenos lenheiros com as nossas florestas a obrigação de conservar a vegetação das montanhas e seus contrafortes, hoje pouco a pouco substituída por proveitosos capinzaes e opolentos milharaes. A pequena lavoura tem a sua zona apropriada nos subúrbios, e a ella deve estar limitada. A zona urbana só com perigo da saúde pública pode ser transformada em zona agrícola. Salvo os pomares, nenhuma outra indústria dessa natureza deverá ser permittida do Engenho Novo para baixo (*Gazeta de Notícias*, 06/03/1903).

Ainda não existe de forma clara uma preocupação em se delimitar um lugar específico para o rural. O objetivo naquele momento era afirmar de maneira equívoca – por meio dos códigos de posturas e de suas interdições, das grandes construções como o Museu de Bellas Artes, Biblioteca Nacional, Teatro Municipal, Palácio Monroe, as fachadas em estilo eclético, dos concertos de ópera no municipal, dos Cafés, do Chá das

17:00 na Garnier ou na Colombo, do trânsito ininterrupto de “gente elegante” pela Avenida Central, as senhoras com seus vestidos da marca Madame Estoueight, Guimarães, Dreifus, Dumorthout; com suas perucas e penteados inspirados em Schmidt, Chesnou e Doré; com seus “luveiros elegantes como o Cavanelas e o Formosinho”; os homens com suas casacas “que mandavam cortar no Vale, Brandão ou Almeida Rabelo; cartolas de Paris que iam comprar à chapelaria Watson, na Rua do Ouvidor; botinas e sapatos do Cadete e do Incroyable” – que o centro de agora em diante deveria ser o lugar da elite e de sua “alta cultura”. Emblemas, signos, sinais, hábitos e normas que visam fazer crer – ao fazer ver publicamente - que o centro não é o lugar de qualquer um. Paralelamente ele é o lugar por excelência de determinadas práticas. Práticas pelas quais se possa reconhecer que quem a pratica compartilha da “euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior” ou “humanamente superior” (ELIAS, 2000, p. 21). O diálogo elaborado por João do Rio na crônica “O chá e as visitas” dá bem a dimensão dos hábitos urbanos que serviam de suporte à identidade forjada por essa elite:

- Em que ocupará a minha amiga o seu dia de hoje?

- A massagista, às 9 horas, seguida de um banho tépido com essência de jasmin. Aula practica de inglês às 10. All right! Almoço à inglesa. Muito chá. Toilette. Costureiro. Visita a Fulana. Dia de Cicrana. Chá de Beltrana. Conferencia literária. Chá na Cavé. Casa. Toilette para o jantar. Theatro. Recepção seguida de baile na casa do general... (RIO, 1911, p. 47)

Robert Pechman e Walcler de L. Júnior (2005), inspirados em Jeffrey Needell, assinalam acertadamente que a situação vivida pela elite carioca na virada do século guarda importantes semelhanças com a da Corte francesa dos séculos XVII e XVIII, especialmente o fato de que, tanto num como noutro caso, “viver no luxo e no gozo, mais que um prazer, era uma espécie de obrigação que servia à estruturação das relações desse grupo e, em consequência, à hierarquia social” (p. 37). Neste contexto de disputas e de tentativa de um determinado grupo social em afirmar uma determinada visão de mundo, as casas de chá, as confeitarias, os cafés (o *Paris*, a *Deroche*, o *Provence*, a Colombo, a *Menères*), os *clubs*, os cassinos, os teatros e temporadas líricas (onde as elegantes exibiam seus vestidos de surá, *faille*, chamalote, tafetá e os elegantes, por sua vez, portavam suas cartolas, polainas e bengalas), os momentos vividos nos *smokings rooms*, nas mesas de *poker*, mais do que espaços de exercício da frugalidade,

correspondiam a um anseio de afirmação de poder dessa classe: ser frugal e aparentar sê-lo publicamente cumpria nesse momento um papel político fundamental.

Como bem diz Stella Bresciani, “as classes dominantes fundam seu poder sobre a cidade a partir da intervenção no espaço, no sentido de coibir “usos e abusos” das classes populares e, principalmente, fundam seu poder por meio de representações que legitimam o que são os bons usos e o que seriam os abusos, todos estes nascidos nos ‘mauvais lieux’” (BRESCIANI, 1993, p. 32). Assim agindo as elites consolidavam o seu domínio sobre a cidade determinando a leitura legítima sobre tal espaço.



Venda de cavalos nos classificados do *Jornal do Comércio*. Década de 1890.

Portanto, para aqueles que promoveram, apoiaram e incentivaram as reformas de Pereira Passos, ou seja, que aderiram à celebração do momentâneo triunfo das elites agrárias sobre o radicalismo das camadas médias urbanas, personificadas na figura dos jacobinos, o centro da cidade não podia ser o lugar, como dizia Bilac, de “calçamento remendado (...) prédios sujos e (...) gente de mangas de camisa e de pés no chão” (BILAC, 1985, p. 16) ou como diria Coelho Netto, não era lugar para homens iguais aos que ele via no porto do Rio, aqueles “taneiros besuntados, com aventaes de couro, (...) os embarcadiços, de blusa ou em mangas de camisa, os braços robustos avegoados de veias túrgidas, tanados, a pelle franzida em rugas, (...) mulheres esmolambadas, crianças maltrapilhas farejando às portas, negros agigantados, o busto nu, retinto, reluzindo ao suor, rinchavelhando às guinadas com os bíceps entumescidos em ampollas de força” (NETTO, 1908, pp. 177-178); não, para esse literatos, porta-vozes das elites cariocas, o centro do Rio não podia mais abrigar, conforme assinalava João do Rio, “os botequins reles, as barbearias sujas, as tascas immundas, [que] gargolejavam gente, e essa gente era curiosa – trabalhadores em mangas de camisa, carroceiros, carregadores, fumando

‘mata-ratos’ infectos, cuspinhando cachaça em altos berros, num calão de imprevisto, e rapazes, mulatos, brancos, de grandes calças a balão, chapéu ao alto, a se arrastarem bamboleando o passo, ou em tabernas barulhentas”. (RIO, 1909, p. 35).

Olavo Bilac chega a defender as reformas urbanas pelo o que elas implicavam em termos pedagógicos, como instrumentos capazes de transmitir e inculcar valores à população da cidade, principalmente o povo de “gente humilde”. A transmissão de noções de bom gosto e elegância seria um dos benefícios da Avenida Central:

“O Rio de Janeiro civiliza-se!”. Ao assim vaticinar, Figueiredo Pimentel, o colunista que fora o criador da crônica social no Rio, acabava por compartilhar da concepção de Bilac sobre as reformas que a cidade necessitava. Reformas que deviam, fundamentalmente, implicar na “remodelação de tudo, do espaço urbano, das maneiras, dos hábitos, dos comportamentos, da maneira de trajar, da maneira mesma de se ver e encarar o mundo” (PECHMAN & LIMA JÚNIOR, 2005, p. 36).



Comércio de galinhas. *Jornal do Comércio*, 14 de abril de 1892, p. 8.

A descrição feita por Coelho Neto, dessa zona da elegância, a área cortada pela Avenida Central é reveladora. Nela tudo se opõe ao que se pode ver, sentir e cheirar em outras regiões da cidade, como nos bairros populares de Gamboa, Saúde ou mesmo no morro de Santo Antônio. Note-se que mesmo nesse cenário idílico nem tudo é perfeito, ou melhor, nem tudo transcorre como essa elite esperava. Mesmo com tudo o que fora feito, a expulsão de pessoas indesejáveis e de suas manifestações culturais era quase impossível e por isso bastante lamentado:

A rua, com a longa columnada de palmeiras como a galeria de um templo hypostilo, era cruzada por passeiantes, gozando a frescura. Criados passavam recolhendo do serviço.

Nas sombras dos jardins chilreavam creanças, vultos brancos, immoveis no aconchego dos caramanchões, pareciam dormir docemente. Em algumas casas illuminadas soavam pianos.

Segui vagarosamente em direcção à avenida. As palmeiras farfalhavam sem descontinuar. Bonds desfilavam cheios numa pressa de comboios. No limiar de uma porta, que abria sobre um tenebroso corredor, dois homens, em mangas de camisa, cantarolavam, sentados, de pernas estendidas (NETTO, 1908, p. 99).

As imagens e expectativas que Passos e seus diversos partidários (na imprensa, na literatura etc.) consolidaram em torno da imagem da cidade, por meio da imposição de um modelo de civilização e modernidade, seja através da repressão (posturas municipais) seja através da criação de um consenso em torno dos significados, das maneiras e formas de inserção naquele espaço (etiqueta, moda, arquitetura, literatura) impunham uma rejeição radical às práticas rurais no centro da Capital Federal, posto que não convinham à imagem de uma cidade civilizada. Mas não pelo valor intrínseco do rural. O rural naquele contexto queria dizer muito mais, ele estava associado a práticas culturais e mesmo de subsistência de grupos os quais se desejava ver bem longe do centro do Rio. O rural, em boa medida, era expressão de outras formas possíveis de urbanidade, mas que não eram aceitas no modelo imposto pela elite carioca da *Belle Époque*. Naquele momento ele era visto como insalubre, mas, talvez muito mais por estar associado às camadas populares - aos negros principalmente - que por suas práticas e formas de sociabilidade eram vistos como duplamente perigosos, tanto em termos de saúde como em termos social e moral. Além disso, o rural que se expressava no centro da cidade era expressão de um arranjo político que datava do Império, o qual tinha na cidade de raízes coloniais a sua expressão urbana. E era exatamente isso que se desejava por abaixo. Do contrário a cidade continuaria mais parecendo um “povoado africano”, como diria Luiz Edmundo, do que com suas congêneres Buenos Aires e Paris.



Agora o negócio envolvendo vacas. Classificados do *Jornal do Commercio* de 1890 aproximadamente.

Até mais ou menos os meados da década de 1910, o interesse dos poderes públicos

não era definir um lugar específico para os usos rurais. A preocupação primordial é definir e impor a noção de que o centro da cidade não é o seu lugar. Por tudo isso, o subúrbio, enquanto conceito, era quase que automaticamente associado a um espaço agrícola. Seria preciso a interferência de fatores materiais e ideológicos para que a necessidade de delimitação e desenvolvimento de uma zona rural fosse colocada como um problema para alguns agentes da época. Mas até que esse tempo chegasse, era preciso “expulsar” o rural da zona urbana, da área inteiramente “civilizada” da cidade, por dois motivos, inteiramente interligados na conjuntura da virada do século XIX para o XX: o rural deveria ser expurgado da cidade. Mas naquele momento o cenário da capital carioca “reluzia em abafeira escura”, talvez assim sintetizasse Coelho Netto. Ou seja, a “desordem” daquele arranjo foi vivenciada enquanto problema estético (MARINS, 1998). Por isso, as obras de “embellezamento” encetadas por Passos são uma dimensão obrigatória desse esforço de saneamento da cidade, que é um esforço a um só tempo de sanear a cidade em seus aspectos social, higiênico, moral e estético

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1988.
- ANDRZEJEWSKI, Luciana Quintanilha. **Memória e moda: novas relações, significados e modos de distinção no Rio de Janeiro de Pereira Passos**. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BARRETO, Lima. **Toda crônica**. RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDICI, Divisão de Editoração, 1990.
- BILAC, Olavo. Sebastianópolis. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso. **Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão**. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- _____. **Melhores crônicas**. São Paulo: Global, 2005. p. 173.
- _____. **Vossa Insolência: crônicas**. DIMAS, Antônio (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOSI, Antônio de Pádua. **Constituição do espaço urbano e conflito social: Uberabinha/MG (1888 a 1922)**. 2002. 400 f. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

- BRESCIANI, Stella. *Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX*. In: PECHMAN, Robert Moses. **Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular**. São Paulo: ANPUH/SP – Marco Zero; FAPESP, 1993.
- CARVALHO, Maria Alice de Rezende de. **Quatro vezes cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CRUZ, Alline Torres Dias da. **Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)**. 290 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. **Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão**. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. **História e Narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia**. 420 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2002.
- MACEDO, Roberto Barata Ribeiro. **Administração do 1º prefeito do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1955.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOREIRA, Regina da Luz. **Os cariocas estão mudando de cidade sem mudar de território: Augusto Malta e a construção da memória do Rio de Janeiro**. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- NETTO, Coelho. **Esphinge**. Porto: Livraria Chardron, 1908.
- PECHMAN, Robert M. & LIMA JÚNIOR, Walcler. *Flirts no footing da Avenida Central*. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, nº 5, novembro 2005.
- PECORELLI, Maria Clara. **Crianças “Desvalidas”: criminalidade e trabalho no Rio de Janeiro dos anos 20 e 30**. 220 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900)*. **Aspectos da modernização urbana do interior paulista**

- na república Velha.** 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.
- QUEIROZ, Eneida Quadros. **Justiça Sanitária: Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária** - Rio de Janeiro (1904 - 1914). 180 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lúcio. **Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil.** In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses (orgs.). **Cidade, povo e nação.** Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RIO, João do. **Cinematographo** (Crônicas cariocas). Porto: Livraria Chardron, 1909.
- _____. **Vida vertiginosa.** Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1911.
- RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos.** Rio de Janeiro : Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2007.

